

Paulo Freire: educar é um ato político

Por Cristiano Ricardo · Publicado em 04/05/2026

Paulo Freire viveu perseguição e exílio por acreditar que ensinar a ler é ensinar a existir no mundo. Sua pedagogia, ainda hoje contestada e admirada, revela como educação pode ser motor de transformação econômica e social.

Versão online e eventuais atualizações:

<https://politico.cristianorcardo.com/post/paulo-freire-educar-e-um-ato-politico>

Paulo Freire foi preso em 1964, acusado de subversivo, por um crime que hoje soa quase absurdo. Ensinou trabalhadores rurais e operários a ler e escrever partindo da própria realidade deles, das palavras que já usavam no cotidiano, do sentido que já carregavam. Para o regime militar que tomava o poder naquele ano, alfabetizar dessa forma era perigoso, porque alfabetizar assim não formava mão de obra dócil, formava gente capaz de perguntar por quê. Freire foi exilado, passou dezesseis anos fora do Brasil, e levou sua pedagogia para o Chile, para os Estados Unidos, para a Guiné-Bissau, sempre repetindo a mesma ideia central: não existe educação neutra.

Isso incomoda até hoje. Freire é tratado por alguns como o maior educador que o Brasil produziu, e por outros como um nome que virou bandeira ideológica, esvaziado de método e reduzido a slogan. As duas coisas guardam parte de verdade. A obra dele é densa, por vezes repetitiva, escrita numa linguagem que exige paciência, e sua influência foi tantas vezes simplificada por quem nunca leu de fato Pedagogia do Oprimido que o nome virou atalho de debate político mais do que proposta pedagógica séria. Mas o núcleo permanece firme, resistente a qualquer simplificação. Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo.

Essa frase ecoa direto no princípio que movia Buckminster Fuller, o de que o ambiente certo educa sem precisar convencer. Freire discordaria de Fuller em quase tudo sobre estrutura material, mas concordaria integralmente nisso: o contexto em que alguém aprende importa mais do que o conteúdo isolado que se tenta transmitir. Décadas depois, Débora Garófalo aplicou esse princípio dentro de uma escola pública em São Paulo, na periferia, onde faltava quase tudo menos lixo eletrônico descartado. Em vez de esperar recursos que não vinham, transformou o próprio ambiente escasso em material de ensino, ensinando robótica com sucata, exatamente como Freire ensinava letras partindo da palavra que o aluno já trazia consigo. O método muda, o princípio é o mesmo, o aprendizado nasce do que já existe ao redor, não do que falta.

Há ainda outro nome que ilumina essa mesma ideia sob um ângulo mais duro. Hanan Al Hroub, educadora palestina premiada internacionalmente, construiu sua pedagogia inteira ensinando crianças que cresceram sob violência a resolver conflito sem recorrer a agressão, partindo da própria experiência de trauma delas, não fingindo que esse contexto não existia. Freire,

Garófalo e Al Hroub, cada um em seu tempo e lugar, comprovam que a educação que funciona de verdade não ignora a realidade de quem aprende, ela parte dessa realidade para transformá-la.

Isso tem consequência econômica direta, e é aí que Freire costuma ser lido de menos. Populações alfabetizadas de forma crítica, que entendem o próprio contexto e não apenas decoram informação, produzem economias mais dinâmicas, participam mais do mercado formal, exigem melhores políticas públicas. Educação bancária, aquela que só deposita conteúdo sem provocar pensamento, produz mão de obra substituível. Educação crítica produz gente capaz de inovar, de empreender, de não aceitar a primeira explicação pronta.

Fica então a provocação que Freire deixou, incômoda até hoje para qualquer sistema de ensino que prefira aluno quieto a aluno pensante. De que adianta ensinar alguém a ler as palavras, se essa mesma pessoa continua incapaz de ler o mundo que a cerca e o próprio lugar dentro dele?